

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

CEE e Caixa debatem melhorias no canal de atendimento



Em reunião com a direção do banco, no dia 31/03, a Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa debateu políticas de combate à violência contra as mulheres, casos de assédio no ambiente de trabalho e outras demandas da categoria. Antes da reunião, a Contraf-CUT havia cobrado da Caixa a apresentação dos dados sobre o canal de atendimento às empregadas vítimas de violência doméstica. O banco informou que, em 2025, foram registrados 102 acionamentos, dos quais 12 levaram à aplicação de medidas protetivas. Durante a reunião, os representantes das empregadas e empregados reconheceram a importância dos canais, mas reforçaram a necessidade de o banco ampliar a divulgação dessa ferramenta. A CEE também cobrou informações sobre o Diálogo Seguro, canal destinado ao acolhimento e orientação de trabalhadores em casos de assédio moral, assédio sexual ou discriminação no ambiente de trabalho. [Clique aqui!](#)

Entidades cobram valorização e respostas sobre o Super Caixa

As entidades de representação das empregadas e empregados da Caixa Econômica Federal se reuniram quinta-feira (8) com representantes do banco e cobraram respostas sobre o Super Caixa e outras demandas encaminhadas ao banco. A Comissão Executiva dos Empregados (CEE) destacou que a cobrança sobre o programa não é recente e que a ausência de respostas tem gerado insegurança entre os trabalhadores e trabalhadoras. A CEE afirmou que a Caixa precisa valorizar a mesa de negociação e fazer a discussão da remuneração variável para que se possa construir um modelo com mais segurança e que garanta o pagamento pelo trabalho realizado. "Não adianta o banco apresentar o programa já com as decisões e formato decididos. É preciso debater e construir juntos", criticou. [Clique aqui!](#)

GT de Saúde cobra Itaú sobre práticas que afetam bancários afastados

O Grupo de Trabalho (GT) de Saúde dos empregados e empregadas do Itaú se reuniu com representantes do banco na quarta-feira (8), para dar continuidade às negociações sobre uma série de problemas que vêm sendo denunciados. A pauta incluiu as convocações para exames médicos (Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e Avaliação de Capacidade Laboral – ACL), o funcionamento do canal de denúncias, incluindo o balanço do canal voltado à violência contra a mulher, e questões relacionadas a descontos em contracheques.

O principal questionamento do GT foi a continuidade das convocações consideradas indevidas para exames médicos. O banco já havia se comprometido a não realizar estas convocações. Há relatos de que, mesmo quando os empregados informam sua condição por meio dos canais oficiais, as convocações não são canceladas. Em alguns casos, há ameaças ou aplicação de advertências automáticas pelo não comparecimento. O GT criticou a postura do banco e cobrou mudanças efetivas. [Clique aqui!](#)

Definição antecipada de critérios triplica número de empregados da Caixa que recebeu o segundo Delta

Representantes das empregadas e empregados da Caixa e da direção do banco se reuniram no dia 30/03, para mais uma rodada de discussões do Grupo de Trabalho (GT) de Promoção por Mérito. Diversos temas foram tratados, tais como a cobrança do pagamento do primeiro delta no mês de janeiro, critérios justos, problemas com comprovação de vacinação e acesso a sistemas, entre outros. Entre os aspectos positivos apresentados durante a reunião está o aumento significativo no número de trabalhadores contemplados com o segundo delta da promoção por mérito. O número passou de 10.290, em 2022/2021 para 32.413 trabalhadores neste ano. Esse avanço é resultado da pressão e do diálogo mantidos pelo movimento sindical nas negociações. [Clique aqui!](#)

Pactu apoia a Chapa 2 nas eleições da Previ

A votação começa em 13/04

Entre os dias 13 e 27 de abril serão realizadas as Eleições Previ 2026. Serão eleitos os representantes dos participantes e assistidos dos Planos de Benefícios administrados pela Previ na Diretoria Executiva e nos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Consultivos dos Planos de Benefícios 1 e Previ Futuro. A Contraf-CUT e os Sindicatos do Pactu orientam o voto na Chapa 2 – Previ Para os Associados, que é composta por pessoas que têm uma longa história de luta pelo fortalecimento da Previ e em defesa dos participantes e assistidos. Entre as principais propostas da Chapa 2 está a continuidade do trabalho em defesa de uma Previ sólida e confiável, para que os associados tenham a tranquilidade de um benefício e aposentadoria dignos. Para os associados do Previ Futuro, a Chapa 2 propõe a diversificação e o aprimoramento dos perfis de investimento, além de assessoria previdenciária e financeira. Já para os associados do Plano 1, o compromisso é com a segurança e prudência na administração do patrimônio. [Clique aqui!](#)

MARCHA DEFENDE O FIM DA 6X1

Tomaz Silva/Agência Brasil

Trabalhadores e trabalhadoras de todo o país se reúnem no próximo dia 15 de abril, em Brasília, para a Marcha da Classe Trabalhadora 2026. Entre as principais bandeiras estão a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o fim da escala 6x1, o combate ao feminicídio, o enfrentamento à pejotização, o fortalecimento das negociações coletivas e a regulamentação do trabalho por aplicativos. A pauta com todas as reivindicações será entregue ao presidente Lula e aos presidentes da Câmara, Senado e STF. A marcha é promovida pela CUT e demais centrais sindicais e a expectativa é reunir milhares de pessoas na capital federal em torno de uma agenda unificada por direitos, melhores condições de trabalho e justiça social. [Clique aqui!](#)



CUT destacou a importância do SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma das maiores políticas públicas do Brasil e uma referência para o mundo. O destaque foi feito pela CUT no Dia Mundial da Saúde, em 7 de abril, já dando início aos debates que culminarão na 18ª Conferência Nacional de Saúde, em 2027. Para a CUT, o SUS é imprescindível para assegurar acesso universal à saúde, de forma gratuita e integral, sem distinção de cor, raça, gênero ou classe social. Desta forma, o sistema garante que a saúde seja tratada como direito de cidadania e elemento central da democracia. [Clique aqui!](#)

Lei Maria da Penha Mudança amplia proteção às mulheres

No dia 7 de abril, o Diário Oficial da União publicou a Lei nº 15.380, que traz uma mudança significativa na aplicação da Lei Maria da Penha. Já sancionada pelo Poder Executivo, a nova legislação altera as regras para a chamada “audiência de retratação” em casos de violência doméstica. A mudança é resultado da pressão de movimentos sociais e feministas de todo o país. Anteriormente era o juiz marcava automaticamente uma audiência de retratação, para perguntar se a mulher queria mesmo continuar com o processo. Agora, essa reunião só vai acontecer se a própria mulher pedir, por escrito ou verbalmente, a desistência da denúncia. Se ela não se manifestar, o processo segue seu caminho normal contra o agressor. [Clique aqui!](#)

LEIA TAMBÉM:

Lula sanciona lei que prevê tornozeleira eletrônica para agressores de mulheres

[Clique aqui!](#)

Enquanto o país busca soluções, Banco Central penaliza a população

Segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (CNC), o endividamento das famílias brasileiras atingiu 80,2%, sendo que quase 30% estão inadimplentes. A maior parte dessas dívidas são com os bancos, que usam a inadimplência para justificar o encarecimento do crédito, principalmente o rotativo, com juros que chegam a superar 400% ao ano. Enquanto o governo federal realiza ações para ajudar essas pessoas a se livrarem das

dívidas e saírem da inadimplência, como por exemplo o Programa Desenrola, que beneficiou cerca de 15 milhões de brasileiros com renegociação de dívidas, a política de juros altos mantida pelo Banco Central penaliza a população. Para a Contraf-CUT, a realidade é que a manutenção da política restritiva do Banco Central, além de ineficiente para o controle da inflação, resulta em sérios efeitos colaterais para a vida da população. [Clique aqui!](#)

Dieese e centrais sindicais reagem a ataques ao IBGE



A ofensiva de setores da extrema direita que buscam descredibilizar dados oficiais e instituições públicas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi rechaçada pelo movimento sindical. A defesa dos institutos públicos de pesquisa e o enfrentamento aos ataques foram tema do debate “Defesa dos Dados Oficiais e da Soberania Nacional”, realizado no dia 6 de abril, na sede do Dieese, em São Paulo. “Os ataques têm ocorrido de forma sistemática e atendem a uma lógica de um movimento político com interesses escusos, extremista e de ódio, buscando minar a confiança pública em instituições reconhecidas pela qualidade técnica”, afirma a diretora do Dieese, Adriana Marcolino. Segundo ela, essa campanha difamatória coloca em risco a formulação de políticas públicas e o próprio debate democrático no país. [Clique aqui!](#)